

Governo tenta resolver impasses do Pé-de-Meia

Em janeiro, o TCU bloqueou R\$ 6 bilhões do programa

Por Karoline Cavalcante

Em meio às tentativas do governo federal de resolver os impasses acerca do Programa Pé-de-Meia, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), afirmou nesta segunda-feira (10) que a Corte “não é contra o programa”, mas ponderou que ele precisa ser ajustado dentro do Orçamento. A declaração foi dada à imprensa após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O bloqueio gera um grande problema para o governo. O Pé-de-Meia é uma das únicas novas entregas que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem a oferecer. Todos os demais programas são continuação do que já existia anteriormente.

“Estamos buscando um diálogo, a conversa é fundamental para encontrar caminhos. É um programa importante para o país. O tribunal não é contra o programa, o que nós queremos é que seja ajustado via Orçamento. Então, nessa primeira conversa, foi estabelecido isso como ponto central”, afirmou Nardes.

Nardes é o relator do processo que, em janeiro, bloqueou R\$ 6 bilhões dos R\$ 13 bilhões previstos para 2025, entendimento que foi corroborado pelo plenário do TCU três dias depois. Na justificativa, a Corte entendeu que parte dos valores transferidos do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGE-DUC) e do Fundo Garantidor de Operações (FGO) ao Fundo



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Nardes exige ajuste do Pé-de-Meia ao orçamento

de Incentivo à Permanência no Ensino Médio (Fipem), de onde saem os recursos do Pé-de-Meia, estavam acontecendo de maneira irregular, sem a devida previsão orçamentária, e suspendeu a utilização.

A Advocacia-Geral da União (AGU), então, recorreu afirmando que o bloqueio poderia comprometer a continuidade do programa e que caso a decisão não seja revertida, que os efeitos ocorram somente em 2026 com um prazo de 120 dias para o governo apresentar um plano para cumprimento da decisão, sem prejudicar a execução da medida.

Diálogo

Ainda na segunda-feira, Nardes explicou que o processo está bem encaminhado, mas ainda não está solucionada a acomodação dos R\$ 13 bilhões

que serão gastos este ano. Além disso, o ministro tentará reduzir o prazo sugerido pelo governo. “Nós estamos tentando modular, vai depender da capacidade de articulação e de diálogo entre todos os ministros para encontrar um caminho”, afirmou.

Após a reunião, Haddad defendeu a legalidade do Pé-de-Meia, que atende a quatro milhões de estudantes brasileiros, e disse que levou ao relator uma série de considerações para a avaliação. “Nós estamos procurando atender à área técnica do Tribunal, mas ao mesmo tempo garantir a continuidade do programa que hoje atende 4 milhões de estudantes. Nós levamos uma série de considerações para ele, ele vai processar internamente e nos dar a devolutiva oportunamente”, afirmou o titular da Fazenda.

Ao longo do dia, Nardes também se reuniu com o ministro da Educação, Camilo Santana; com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e com parlamentares da situação e oposição.

Para Camilo Santana, a expectativa é que a questão seja resolvida até quarta-feira (12), data em que a Corte julgará o recurso da AGU.

Pé-de-Meia

Lançado em novembro de 2023, o programa Pé-de-Meia é uma iniciativa de incentivo financeiro-educacional para estudantes do ensino médio público, que visa promover a permanência e a conclusão escolar, além de buscar reduzir a desigualdade social. Oferece R\$ 200 mensais ao estudante.

Governo adota cautela sobre novas provocações de Trump

Por Gabriela Gallo

Após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (partido Republicano), anunciar que nesta semana implementará um aumento de 25% sobre as importações de aço e alumínio no país, o ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, declarou nesta segunda-feira (10) que esperará uma “medida concreta” do norte-americano para anunciar eventuais medidas tarifárias.

Além disso, o ministro da Fazenda negou a possibilidade de o governo federal taxar Big Techs americanas que atuam no Brasil em retaliação à taxaço de Trump. Essa possibilidade chegou a circular. “Não é correta a informação de que o governo Lula deve taxar empresas de tecnologia se o governo dos Estados Unidos impuser tarifas ao Brasil. No mais, o governo brasileiro tomou a decisão sensata de só se manifestar oportunamente com base em decisões concretas e não em anúncios que podem ser mal interpretados ou revisitos. Vamos aguardar a orientação do presidente”, declarou Haddad por meio de suas redes sociais, nesta segunda-feira.

O discurso de cautela de Haddad foi repetido também pelo vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin. Mas, em meio aos anúncios do ‘tarifaço’ na gestão de Donald Trump frente à Casa Branca, há a expectativa de o Brasil retribuir as medidas e também aplicar um aumento sobre as importações norte-americanas. Na última semana,



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Alckmin: reação só diante de ação concreta dos EUA

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou, em entrevistas a rádios mineiras, que, caso os EUA taxem o Brasil, o contrário também será feito.

“O mínimo de decência que merece um governo é utilizar a lei da reciprocidade. Para nós, o que seria interessante era os Estados Unidos baixar a taxaço e nós baixarmos a taxaço. Mas, se eles ou qualquer país aumentar a taxaço do Brasil, nós utilizaremos a reciprocidade e taxar eles também, ou seja, é simples e democrático”, declarou Lula na última quarta-feira.

Impacto

A medida impactará diretamente o governo brasileiro, que é um dos principais exportadores de aço para os Estados Unidos. Segundo o painel de moni-

toramento do comércio global, da Administração de Comércio Exterior dos Estados Unidos, entre 2022 e 2024, a exportação de aço ao país norte-americano registrou um aumento de 74%.

Em 2023, de acordo com o poder Executivo, o país comprou 18% do total de exportações brasileiras de ferro, ferro fundido ou aço. Além disso, em 2024 o Brasil se tornou o segundo maior exportador da liga metálica em volume ao mercado estadunidense (147,2 milhões de dólares por 42 mil toneladas de aço, o equivalente a R\$ 850 milhões), ficando atrás apenas do Canadá.

‘Ganha-ganha’

Assim como Haddad, Alckmin também foi questionado pela imprensa nesta

segunda-feira acerca de quais medidas o governo brasileiro adotará perante a taxaço dos Estados Unidos nos produtos. Em um tom ameno, ele reforçou que o governo aguarda quando a taxaço será, de fato, implementada.

“Nós temos uma relação de 200 anos, entre Brasil e Estados Unidos. É uma colaboração mútua, um ganha-ganha. Se a gente pegar no passado, cresceu fortemente o comércio Brasil-Estados Unidos. E ele é equilibrado: nós exportamos US\$ 40,2 bilhões para os Estados Unidos e eles exportam até um pouco mais, US\$ 40,5 bilhões. Vamos aguardar a questão da taxaço. Da outra vez que isso foi feito, teve cotas, então vamos aguardar”, reforçou o ministro.

Essa não será a primeira vez que Donald Trump implementa uma taxaço de 25% aos produtos internacionais. Ao citar as “cotas”, o vice-presidente se refere a um acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos, em 2018. Em março de 2018, Trump anunciou a taxaço de 25%, mas em maio do mesmo ano, o setor siderúrgico brasileiro concordou em reduzir suas exportações para o mercado norte-americano com a adoção de cotas.

Na época, ficou acordado que, para produtos acabados e semiacabados, a cota é dada pela média das exportações brasileiras para os EUA no período de 2015 a 2017. No caso dos produtos acabados, foi aplicado ainda um redutor de 30% sobre a média.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução

Jair Bolsonaro com o boné da campanha de Trump

Medidas de Trump contra o Brasil assustam direita

A guerra comercial promovida por Donald Trump preocupa integrantes da direita, em particular, os bolsonaristas. Todos temem as consequências políticas de medidas que atentem contra os interesses brasileiros.

Seria complicado explicar ao eleitorado e a importantes setores empresariais o apoio incondicional ao presidente norte-americano que ameaça prejudi-

car exportações brasileiras. Um ataque que tende a diminuir renda e empregos por aqui.

A situação é vista em alguns setores como potencialmente ainda mais delicada do que deportação em massa de imigrantes ilegais, já que a prática, apesar de ser muito exaltada por Trump, não é nova, ocorreu também em governos democratas nos Estados Unidos.

Patriotismo

Para setores da direita, a ofensiva de Trump é capaz de abalar o discurso patriótico que embala o conservadorismo brasileiro e que vem servindo de contraponto à esquerda. Deixaria claro que, apesar de pautas coincidentes, os EUA defendem seus próprios interesses.

Esquerda lucra

Bolsonaristas lembram que atitudes de Trump têm o risco de jogar no colo da esquerda a pauta nacionalista hoje mais identificada com a direita. Lembram a repercussão positiva do boné, usado por petistas, com frase sobre o Brasil pertencer a brasileiros.



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Deputada diz que fala é incompatível com discurso

Jandira quer conversar com Motta sobre 8 de Janeiro

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) diz que vai conversar com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) sobre suas declarações a respeito do 8 de Janeiro.

Em entrevista a uma rádio de seu estado, Motta disse não classificar os fatos ocorridos naquele domingo como uma tentativa de golpe de Estado.

Criticou ainda penas pesadas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal a condenados pela intentona.

“É preciso conversar com ele e entender o seu real pensamento”, afirma. Ressalta que, ao discursar logo depois de eleito, Motta exaltou o papel de Ulysses Guimarães, ex-presidente do MDB, e sua luta contra a ditadura.

Ulysses

Para ela, quem fez tantas referências a Ulysses não pode “desqualificar o 8 de Janeiro.” Em seu discurso, Motta falou no ex-presidente do MDB 15 vezes e ainda falou em democracia 29 vezes. Ainda imitou uma foto do ex-parlamentar exibindo a Constituição como um troféu.

Lá e cá

Já o deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) afirma não ter se surpreendido com as declarações do presidente da Câmara: “Ele dá uma no cravo e outra na ferradura”, comenta. A exemplo de Jandira, ele condena as declarações sobre a inexistência de tentativa de golpe.

Risco de Paquetá

Lucas Paquetá, do West Ham e da seleção brasileira, não consta como indiciado no relatório da CPI das Apostas feito pelo senador Romário (PL-RJ). Mas seu nome não saiu do foco das investigações: deverá entrar na lista caso venha a ser condenado na investigação inglesa.

Prorrogação

O senador Carlos Portinho (PL-RJ), que integra a CPI, diz que situação de Paquetá tende a se complicar caso ele seja condenado pela Federação de Futebol da Inglaterra. Ele será ouvido por lá em março. Portinho não descartou a possibilidade de a CPI ser prorrogada.